

## PODCAST DO CORREIO

# Pressa pela definição de carga

Presidente do Sindcerv diz que empresas já planejam 2027 e cobram envio ao Congresso da proposta que detalha o imposto seletivo, criado no âmbito da reforma tributária, mas que precisa ser regulamentado

» ROBERTO FONSECA  
» ANA RAQUEL LELLES

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Em entrevista a Roberto Fonseca, o presidente do Sindcerv, Márcio Maciel, afirmou que os impostos correspondem, hoje, a 56% do preço da cerveja

O presidente-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sincerv), Márcio Maciel, defende o envio imediato ao Congresso do projeto que vai regulamentar a cobrança do imposto seletivo previsto na reforma tributária. Em entrevista ao jornalista Roberto Fonseca, no *Podcast do Correio*, Maciel afirmou que a indefinição preocupa o setor porque as empresas já iniciaram o planejamento financeiro e operacional para 2027.

Maciel recorda que o novo tributo começará a valer no próximo ano, mas ainda não há clareza sobre alíquotas e critérios de cobrança. “O governo já deveria ter apresentado para o Congresso qual é esse imposto”, disse. Para ele, o atraso reduz o tempo de debate e aumenta a insegurança para empresas e consumidores.

O executivo afirma que o setor apoiou a reforma tributária por considerar que o novo sistema pode simplificar regras e reduzir disputas entre estados. No entanto, defende que a carga total não aumente. “Um dos princípios da reforma tributária é neutralidade de carga”, afirmou.

Maciel destacou que a cerveja brasileira está entre as mais tributadas da América Latina. Em média, 56% do preço final pago pelo consumidor corresponde a impostos. O setor arrecada cerca de R\$ 60 bilhões por ano.

A proposta defendida pelo Sindcerv é de que o imposto seletivo siga o modelo adotado em vários países, com alíquotas proporcionais ao teor alcoólico da

bebida. Pela lógica apresentada, produtos com maior concentração de álcool pagariam mais imposto.

## Emprego e produção

O Brasil é, hoje, o terceiro maior mercado de cerveja do mundo, de acordo com Maciel. O país produz cerca de 15 bilhões de litros por ano e conta com 1.949 cervejarias espalhadas pelas 27 unidades da Federação. Ao todo, há unidades em 779 municípios. A cadeia produtiva emprega cerca de 2,5 milhões de pessoas, do campo ao varejo. O dirigente afirmou ainda que 90% da riqueza gerada



Confira a entrevista do presidente-executivo do Sindcerv

por uma cervejaria permanece na localidade onde ela está instalada, segundo estudo citado da FGV. O setor também tem peso relevante na indústria de embalagens. Segundo ele, 60% do vidro e 50% das latas produzidas no país são destinados à cerveja.

Um dos principais movimentos recentes do mercado é o avanço da

cerveja sem álcool. Maciel afirmou que esse segmento representa cerca de 5% do mercado nacional e deve continuar crescendo. Segundo ele, novas tecnologias melhoraram o sabor do produto e ampliaram a aceitação entre consumidores que querem dirigir, estão em tratamento médico ou simplesmente preferem evitar álcool. “Hoje você tem uma cerveja que é o mesmo sabor da com álcool, só que ela não tem álcool”, disse. A expectativa do setor é que essa participação chegue a 10% nos próximos anos.

Maciel também citou crescimento das cervejas premium e das pequenas cervejarias artesanais.

Hoje, das 1.949 cervejarias em operação, cerca de 1,8 mil são de pequeno porte. Apesar disso, o volume produzido ainda se concentra nos grandes grupos, que respondem por 96% do mercado.

Na avaliação do executivo, o desafio das pequenas empresas está na tributação e no custo para expandir operações para outros estados. Para os próximos anos, o Sindcerv vê expansão do mercado, apoiada por novos investimentos e diversificação de produtos, como cervejas de baixo teor alcoólico e sem glúten. A principal preocupação, porém, continua sendo regulatória.

## MINERAÇÃO

## Aprovação do PL do ouro sofre críticas

Entidades ligadas ao setor de mineração lamentaram, ontem, a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 3.025/2023, que cria novas regras de controle da origem, compra, venda, transporte e rastreabilidade do ouro no Brasil. O relatório do deputado Marx Beltrão (União-AL) foi votado na quarta-feira, tarde da noite e aguarda, agora, a tramitação no Senado.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) afirma que o texto contém “falhas que vão ampliar brechas para o garimpo ilegal”.

“O parecer aprovado representa um retrocesso relevante no combate ao mercado ilegal de ouro e às organizações criminosas que estão se infiltrando no setor”, aponta a nota. “O Ibram está confiante que o Senado abrirá oportunidades para que a matéria seja amplamente discutida e que o setor mineral e os especialistas possam finalmente apresentar seu posicionamento”, completa o Ibram.

Outro ponto criticado é a criação da Taxa de Registro das Transações e de Marcação Física do Ouro (Touro), pela utilização do Sistema de Rastreabilidade do Ouro. Segundo o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), a taxa deve acrescentar um custo de R\$ 5 mil por quilo de ouro na primeira transação.

Os contribuintes são as pessoas físicas e jurídicas obrigadas à utilização do sistema de rastreabilidade. O valor cobrado será de R\$ 2 pela emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro e R\$ 5 pela grama de ouro.

## TECNOLOGIA

# Cade investiga Google

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu instaurar um processo administrativo contra o Google sobre o uso abusivo de conteúdos jornalísticos por meio de inteligência artificial generativa. A empresa estaria utilizando conteúdos jornalísticos para treinar e alimentar sua própria IA, sem citar os veículos de imprensa e sem oferecer compensação financeira.

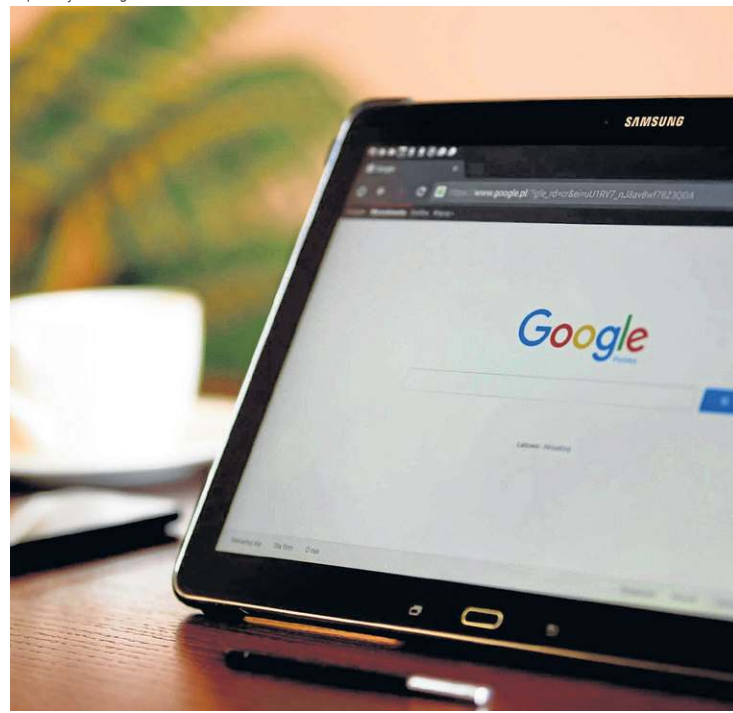
A abertura do processo, apresentado pelo atual presidente interino, Diogo Thomson de Andrade, foi aprovado por unanimidade, ontem.

O processo teve início em 2018 como um inquérito administrativo aberto pelo próprio Cade, mas ficou parado depois de um pedido de vista da conselheira Camila Cabral Pires-Alves. O caso foi arquivado em 2024 e reaberto em 2025.

Em seu voto-vista, a conselheira Camila acompanhou os argumentos de Thomson, ao entender que o problema investigado mudou muito desde 2018. Na época, a discussão era caracterizada pela coleta automatizada de conteúdos jornalísticos disponíveis na internet. A exibição parcial na página de resultados do buscador, como títulos, trechos e imagens, tinha impactos sobre o direcionamento de tráfego e a monetização dos sites. Para os conselheiros, a inteligência artificial generativa altera de maneira significativa a dinâmica de acesso, visibilidade e monetização do conteúdo jornalístico no ambiente digital atual, já que consegue resumir informações diretamente na página de busca. Thomson argumenta que a empresa comete “abuso exploratório de posição dominante” ao copiar conteúdos jornalísticos com a IA para alimentar o seu resultado de buscas.

O abuso de posição dominante acontece quando empresas em posições de destaque exploram o domínio que exercem no mercado em detrimento dos demais concorrentes.

Reprodução/Google



## O processo apura abuso de exploração de conteúdo jornalístico por IA

O presidente destacou que muitos sites dependem do Google para receber visitantes. Essa dependência pode permitir que a plataforma imponha regras de uso do conteúdo sem negociação equilibrada.

“A relação entre o Google e os publishers poderia assumir contornos de dependência estrutural, uma vez que parcela relevante do tráfego dos veículos de comunicação depende dos mecanismos de busca do investigado para alcançar o público. Tal dependência, associada ao papel da plataforma como intermediária essencial, pode viabilizar a imposição unilateral de condições de uso do conteúdo”, diz o processo.

A conselheira também defendeu uma investigação mais detalhada, afirmando que dados gerais de tráfego não são suficientes para entender todos os impactos. Ela sugeriu analisar informações específicas, como cliques, visualizações e buscas sem clique.

## Decisão histórica

O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo

Rech, entende que a decisão do Cade é um marco histórico para os produtores de conteúdo jornalístico. “Com o resultado do julgamento, o Cade demonstra que está na linha de frente de uma preocupação que não se limita a uma mera questão econômica. O tema de fundo é a sustentabilidade da informação de qualidade, do jornalismo que atende, sem substitutos, as comunidades locais e a pluralidade de visões, o que é fundamental em sociedades democráticas”, disse Rech, ao celebrar a decisão do órgão.

Em nota, o Google disse acreditar que a decisão reflete uma “compreensão equivocada” sobre como funcionam os produtos da empresa e o valor entregue aos editores de notícias. “Temos um compromisso com a web aberta e continuamos enviando bilhões de cliques para websites diariamente. Seguiremos dialogando com o Cade para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o nosso produto”, aponta o Google na nota.

\* Estagiária sob a supervisão de Edla Luta

IMOVISION APRESENTA

**2º FESTIVAL DE CINEMA EUROPEU IMOVISION**  
DE 23 A 29 DE ABRIL

HISTÓRIAS QUE ATRAVESSARAM O MUNDO PARA ENCONTRAR VOCÊ.

**GARANTA JÁ OS SEUS INGRESSOS!**

CORREIO BRAZILIENSE  
www.correio.braziliense.com.br

REALIZAÇÃO: IMOVISION  
PATROCÍNIO: niteroi  
NITERÓI  
UNIFRANCE  
ometele  
ADOROCINEMA  
VejaTV  
Bravo!  
RESERVA  
EXIBIDOR  
palavra!

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA